

ADVOGADO(A) JÚNIOR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
 a) este caderno, com os enunciados das 70 (setenta) questões das Provas Objetivas e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

PROVAS OBJETIVAS									
CONHECIMENTOS BÁSICOS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS					
LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA INGLESA		Bloco 1		Bloco 2		Bloco 3	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 10	1,0 cada	11 a 20	1,0 cada	21 a 40	1,0 cada	41 a 55	1,0 cada	56 a 70	1,0 cada
Total: 20,0 pontos				Total: 50,0 pontos					
Total: 70,0 pontos									

PROVA DISCURSIVA	
Questões	Pontuação
1 e 2	10,0 cada
Total: 20,0 pontos	

- b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grapeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material contém todas as folhas, se está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.
- Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- 05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 07 - As questões objetivas e as discursivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 09 - **SERÁ ELIMINADO** deste Processo Seletivo Público o candidato que:
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
 - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** grapeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**;
 - se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** grapeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- Obs.:** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após 2 (duas) horas contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** grapeado ao **CARTÃO-RESPOSTA**, a qualquer momento.
- 10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 11 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** grapeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR** a **LISTA DE PRESENÇA**.
- 12 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, já incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 13 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O vício da tecnologia

Entusiastas de tecnologia passaram a semana com os olhos voltados para uma exposição de novidades eletrônicas realizada recentemente nos Estados Unidos. Entre as inovações, estavam produtos relacionados a experiências de realidade virtual e à utilização de inteligência artificial — que hoje é um dos temas que mais desperta interesse em profissionais da área, tendo em vista a ampliação do uso desse tipo de tecnologia nos mais diversos segmentos.

Mais do que prestar atenção às novidades lançadas no evento, vale refletir sobre o motivo que nos leva a uma ansiedade tão grande para consumir produtos que prometem inovação tecnológica. Por que tanta gente se dispõe a dormir em filas gigantescas só para ser um dos primeiros a comprar um novo modelo de *smartphone*? Por que nos dispomos a pagar cifras astronômicas para comprar aparelhos que não temos sequer certeza de que serão realmente úteis em nossas rotinas?

A teoria de um neurocientista da Universidade de Oxford (Inglaterra) ajuda a explicar essa “corrida desenfreada” por novos *gadgets*. De modo geral, em nosso processo evolutivo como seres humanos, nosso cérebro aprendeu a suprir necessidades básicas para a sobrevivência e a perpetuação da espécie, tais como sexo, segurança e *status* social.

Nesse sentido, a compra de uma novidade tecnológica atende a essa última necessidade citada: nós nos sentimos melhores e superiores, ainda que momentaneamente, quando surgimos em nossos círculos sociais com um produto que quase ninguém ainda possui.

Foi realizado um estudo de mapeamento cerebral que mostrou que imagens de produtos tecnológicos ativavam partes do nosso cérebro idênticas às que são ativadas quando uma pessoa muito religiosa se depara com um objeto sagrado. Ou seja, não seria exagero dizer que o vício em novidades tecnológicas é quase uma religião para os mais entusiastas.

O ato de seguir esse impulso cerebral e comprar o mais novo lançamento tecnológico dispara em nosso cérebro a liberação de um hormônio chamado dopamina, responsável por nos causar sensações de prazer. Ele é liberado quando nosso cérebro identifica algo que represente uma recompensa.

O grande problema é que a busca excessiva por recompensas pode resultar em comportamentos impulsivos, que incluem vícios em jogos, apego excessivo a redes sociais e até mesmo alcoolismo. No caso do consumo, podemos observar a situação problematizada aqui: gasto excessivo de dinheiro em

aparelhos eletrônicos que nem sempre trazem novidade — as atualizações de modelos de *smartphones*, por exemplo, na maior parte das vezes apresentam poucas mudanças em relação ao modelo anterior, considerando-se seu preço elevado. Em outros casos, gasta-se uma quantia absurda em algum aparelho novo que não se sabe se terá tanta utilidade prática ou inovadora no cotidiano.

No fim das contas, vale um lembrete que pode ajudar a conter os impulsos na hora de comprar um novo *smartphone* ou alguma novidade de mercado: compare o efeito momentâneo da dopamina com o impacto de imaginar como ficarão as faturas do seu cartão de crédito com a nova compra.

O choque ao constatar o rombo em seu orçamento pode ser suficiente para que você decida pensar duas vezes a respeito da aquisição.

DANA, S. *O Globo*. Economia. Rio de Janeiro, 16 jan. 2018. Adaptado.

1

De acordo com o texto, o “vício tecnológico” pode ser explicado por

- (A) curiosidade de testar produtos que envolvam experiências de realidade virtual e de inteligência artificial.
- (B) dependência de relacionamento virtual que só pode ser obtido pelo acesso a redes sociais.
- (C) necessidade de transformar aparelhos em elementos sagrados pelo excesso de religiosidade.
- (D) prazer produzido pelo *status* social derivado da utilização de um produto que quase ninguém possui.
- (E) tendência à manifestação de uma personalidade dominada por vícios como jogos de azar e alcoolismo.

2

De acordo com o ordenamento das ideias no texto, observa-se que, depois de explicar a função da dopamina no cérebro, o texto se refere à ideia de que

- (A) as pessoas podem desenvolver comportamentos impulsivos, como o gasto excessivo de dinheiro em aparelhos eletrônicos que nem sempre trazem novidade.
- (B) é preciso refletir sobre as causas de tanta gente se dispor a dormir em filas gigantescas só para ser um dos primeiros a comprar um novo modelo de *smartphone*.
- (C) o mapeamento cerebral mostra que imagens de produtos tecnológicos ativam as mesmas partes do cérebro que um objeto sagrado para pessoas religiosas.
- (D) o nosso cérebro aprendeu a suprir necessidades básicas para a sobrevivência e a perpetuação da espécie, tais como sexo, segurança e *status* social.
- (E) os profissionais da área de tecnologia têm demonstrado grande interesse por produtos relacionados a experiências de realidade virtual e à utilização de inteligência artificial.

3

Alguns adjetivos do texto enfatizam a gravidade do “vício da tecnologia”.

O grupo em que todas as palavras têm essa função é:

- (A) gigantescas (l. 14), astronômicas (l. 17), desenfreada (l. 22)
- (B) excessiva (l. 46), impulsivos (l. 48), eletrônicos (l. 52)
- (C) absurda (l. 57), inovadora (l. 59), momentâneo (l. 63)
- (D) prática (l. 59), elevado (l. 56), problematizada (l. 51)
- (E) suficiente (l. 67), superiores (l. 29), sagrado (l. 37)

4

A vírgula foi plenamente empregada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) A conexão é feita por meio de uma plataforma específica, e os conteúdos, podem ser acessados pelos dispositivos móveis dos passageiros.
- (B) O mercado brasileiro de automóveis, ainda é muito grande, porém não é capaz de absorver uma presença maior de produtos vindos do exterior.
- (C) Depois de chegarem às telas dos computadores e celulares, as notícias estarão disponíveis em voos internacionais.
- (D) Os últimos dados mostram que, muitas economias apresentam crescimento e inflação baixa, fazendo com que os juros cresçam pouco.
- (E) Pode ser que haja uma grande procura de carros importados, mas as montadoras vão fazer os cálculos e ver, se a importação vale a pena.

5

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- (A) Os novos lançamentos de *smartphones* apresentam, em geral, pequena variação de funções quando comparados a versões anteriores.
- (B) Estudantes do ensino médio fizeram uma pesquisa junto a crianças do ensino fundamental para ver como elas se comportam no ambiente virtual.
- (C) O acesso dos jovens a redes sociais tem causado enormes prejuízos ao seu desempenho escolar, conforme o depoimento de professores.
- (D) Os consumidores compulsivos sujeitam-se a ficar horas na fila para serem os primeiros que comprarão os novos lançamentos.
- (E) As pessoas precisam ficar atentas a fatura do cartão de crédito para não serem surpreendidas com valores muito altos.

6

A ideia a que a expressão destacada se refere está explicada adequadamente entre colchetes em:

- (A) “relacionados a experiências de realidade virtual e à utilização de inteligência artificial — que hoje é **um dos temas** que mais desperta interesse em profissionais da área” (l. 5-8) [experiências de realidade virtual]
- (B) “tendo em vista a ampliação do uso **desse tipo de tecnologia** nos mais diversos segmentos” (l. 8-9) [inteligência artificial]
- (C) “a compra de uma novidade tecnológica atende **a essa última necessidade citada**” (l. 27-28) [segurança]
- (D) “O ato de seguir **esse impulso cerebral** e comprar o mais novo lançamento tecnológico dispara em nosso cérebro a liberação de um hormônio chamado dopamina” (l. 40-43) [mapeamento cerebral]
- (E) “**Ele** é liberado quando nosso cérebro identifica algo que represente uma recompensa.” (l. 44-45) [impulso cerebral]

7

No trecho “Nesse sentido, a compra de uma novidade tecnológica atende a essa última necessidade citada: nós nos sentimos melhores e superiores, ainda que momentaneamente, quando surgimos em nossos círculos sociais com um produto que quase ninguém ainda possui.” (l. 27-32), os dois pontos poderiam ser substituídos, sem alterar a relação entre as ideias, por

- (A) mas
- (B) para
- (C) embora
- (D) porque
- (E) portanto

8

Segundo as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, o pronome destacado foi utilizado na posição correta em:

- (A) Os jornais noticiaram que alguns países mobilizam-**se** para combater a disseminação de notícias falsas nas redes sociais.
- (B) Para criar leis eficientes no combate aos boatos, sempre deve-**se** ter em mente que o problema de divulgação de notícias falsas é grave e muito atual.
- (C) Entre os numerosos usuários da internet, constata-**se** um sentimento generalizado de reprovação à prática de divulgação de inverdades.
- (D) Uma nova lei contra as *fake news* promulgada na Alemanha não aplica-**se** aos *sites* e redes sociais com menos de 2 milhões de membros.
- (E) Uma vultosa multa é, muitas vezes, o estímulo mais eficaz para que adote-**se** a conduta correta em relação à reputação das celebridades.

9

A concordância do verbo destacado foi realizada de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) Com a corrida desenfreada pelas versões mais atuais dos *smartphones*, **evidenciou-se** atitudes agressivas e violentas por parte dos usuários.
- (B) Devido à utilização de estratégias de *marketing*, **desenvolveu-se**, entre os jovens, a ideia de que a posse de novos aparelhos eletrônicos é garantia de sucesso.
- (C) É necessário que se **envie** a todas as escolas do país vídeos educacionais que permitam esclarecer os jovens sobre o vício da tecnologia.
- (D) É preciso educar as novas gerações para que se **reduza** os comportamentos compulsivos relacionados ao uso das novas tecnologias.
- (E) Nos países mais industrializados, **comprovou-se** os danos psicológicos e o consumismo exagerado causados pelo vício da tecnologia.

10

Considere a seguinte frase:

“Os lançamentos tecnológicos **a** que o autor se refere podem resultar em comportamentos impulsivos nos consumidores desses produtos”.

A utilização da preposição destacada **a** é obrigatória para atender às exigências da regência do verbo “referir-se”, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

É também obrigatório o uso de uma preposição antecedendo o pronome **que** destacado em:

- (A) Os consumidores, ao adquirirem um produto **que** quase ninguém possui, recém-lançado no mercado, passam a ter uma sensação de superioridade.
- (B) Muitos aparelhos difundidos no mercado nem sempre trazem novidades **que** justifiquem seu preço elevado em relação ao modelo anterior.
- (C) O estudo de mapeamento cerebral **que** o pesquisador realizou foi importante para mostrar que o vício em novidades tecnológicas cresce cada vez mais.
- (D) O hormônio chamado dopamina é responsável por causar sensações de prazer **que** levam as pessoas a se sentirem recompensadas.
- (E) As pessoas, na maioria das vezes, gastam muito mais do que o seu orçamento permite em aparelhos **que** elas não necessitam.

RASCUNHO

LÍNGUA INGLESA

Text I

**A world in transformation:
World Energy Outlook 2017**

The resurgence in oil and gas production from the United States, deep declines in the cost of renewables and growing electrification are changing the face of the global energy system and upending traditional

5 ways of meeting energy demand, according to the World Energy Outlook 2017. A cleaner and more diversified energy mix in China is another major driver of this transformation.

10 Over the next 25 years, the world's growing energy needs are met first by renewables and natural gas, as fast-declining costs turn solar power into the cheapest source of new electricity generation. Global energy demand is 30% higher by 2040 — but still half as much as it would have been without efficiency

15 improvements. The boom years for coal are over — in the absence of large-scale carbon capture, utilization and storage (CCUS) — and rising oil demand slows down but is not reversed before 2040 even as electric-car sales rise steeply.

20 WEO-2017, the International Energy Agency (IEA)'s flagship publication, finds that over the next two decades the global energy system is being reshaped by four major forces: the United States is set to become the undisputed global oil and gas

25 leader; renewables are being deployed rapidly thanks to falling costs; the share of electricity in the energy mix is growing; and China's new economic strategy takes it on a cleaner growth mode, with implications for global energy markets.

30 Solar PV is set to lead capacity additions, pushed by deployment in China and India, meanwhile in the European Union, wind becomes the leading source of electricity soon after 2030.

35 "Solar is forging ahead in global power markets as it becomes the cheapest source of electricity generation in many places, including China and India," said Dr Fatih Birol, the IEA's executive director. "Electric vehicles (EVs) are in the fast lane as a result of government support and declining battery costs but

40 it is far too early to write the obituary of oil, as growth for trucks, petrochemicals, shipping and aviation keep pushing demand higher. The US becomes the undisputed leader for oil and gas production for decades, which represents a major upheaval for

45 international market dynamics."

These themes — as well as the future role of oil and gas in the energy mix, how clean-energy technologies are deploying, and the need for more

investment in CCUS — were among the key topics discussed by the world's energy leaders at the IEA's 50 2017 Ministerial Meeting in Paris last week.

This year, WEO-2017 includes a special focus on China, where economic and energy policy changes underway will have a profound impact on the 55 country's energy mix, and continue to shape global trends. A new phase in the country's development results in an economy that is less reliant on heavy industry and coal.

60 At the same time, a strong emphasis on cleaner energy technologies, in large part to address poor air quality, is catapulting China to a position as a world leader in wind, solar, nuclear and electric vehicles and the source of more than a quarter of projected growth in natural gas consumption. As demand growth in 65 China slows, other countries continue to push overall global demand higher — with India accounting for almost one-third of global growth to 2040.

70 The shale oil and gas revolution in the United States continues thanks to the remarkable ability of producers to unlock new resources in a cost-effective way. By the mid-2020s, the United States is projected to become the world's largest LNG exporter and a net oil exporter by the end of that decade.

75 This is having a major impact on oil and gas markets, challenging incumbent suppliers and provoking a major reorientation of global trade flows, with consumers in Asia accounting for more than 70% of global oil and gas imports by 2040. LNG from the United States is also accelerating a major 80 structural shift towards a more flexible and globalized gas market.

85 WEO-2017 finds it is too early to write the obituary of oil. Global oil demand continues to grow to 2040, although at a steadily decreasing pace — while fuel efficiency and rising electrification bring a peak in oil used for passenger cars, even with a doubling of the car fleet to two billion. But other sectors — namely petrochemicals, trucks, aviation, and shipping — drive up oil demand to 105 million barrels a day by 2040.

90 While carbon emissions have flattened in recent years, the report finds that global energy-related CO2 emissions increase slightly by 2040, but at a slower pace than in last year's projections. Still, this is far from enough to avoid severe impacts of climate change.

Available at: <<https://www.iea.org/newsroom/news/2017/november/a-world-in-transformation-world-energy-outlook-2017.html>>. Retrieved on: 14 Nov. 2017. Adapted.

11

The main purpose of Text I is to

- (A) predict the imminent decrease of global oil demands in the near future.
- (B) present an overview of world energy scenarios for the coming decades.
- (C) report on the increasing role of renewable energy sources and natural gas.
- (D) discuss how China's economic and energy policy changes may shape global trends.
- (E) anticipate how the US, China and India will transform the global energy system in the next decade.

12

According to Text I, one of the themes discussed at the IEA's 2017 Ministerial Meeting in Paris was the

- (A) insufficient investment in clean-energy technologies.
- (B) inadequate use of solar energy in global power markets.
- (C) necessary increase in investment in carbon capture, utilization and storage.
- (D) questionable leadership of the US in the areas of oil and gas production.
- (E) limited use of EVs due to battery prices and lack of financial help from the government.

13

According to Text I, WEO-2017 includes a special focus on China because this country has been

- (A) suffering from severe problems derived from poor air quality.
- (B) blamed for substituting heavy industry and coal for cleaner energy.
- (C) responsible for the consumption of 20% of the world's natural gas.
- (D) an undeniable world leader in the areas of wind, solar and nuclear energy.
- (E) facing changes in the economic and energy policy that will deeply influence its energy mix.

14

Based on the meanings in Text I, the two items that express synonymous ideas are

- (A) deployed (line 25) – disturbed
- (B) undisputed (line 43) – irrefutable
- (C) upheaval (line 44) – stagnation
- (D) unlock (line 70) – restrain
- (E) incumbent (line 75) – unnecessary

15

In the fragments "Solar is forging ahead in global power markets as it becomes the cheapest source of electricity generation in many places, including China and India" (lines 34-37) and "with India accounting for almost one-third of global growth to 2040" (lines 66-67) **forging ahead** and **accounting for** mean, respectively,

- (A) rapidly declining – amounting to
- (B) dramatically falling – adding up to
- (C) rising steeply – being blamed for
- (D) slowing down – being responsible for
- (E) progressing steadily – being the reason for

16

All the **boldfaced** verb phrases express a future action, **EXCEPT** in

- (A) "The resurgence in oil and gas production from the United States, deep declines in the cost of renewables and growing electrification **are changing** the face of the global energy system" (lines 1-4)
- (B) "the world's growing energy needs **are met** first by renewables and natural gas as fast-declining costs turn solar power into the cheapest source of new electricity generation" (lines 9-12)
- (C) "WEO-2017 (...) finds that over the next two decades the global energy system **is being reshaped** by four major forces" (lines 20-23)
- (D) "meanwhile in the European Union, wind **becomes** the leading source of electricity soon after 2030" (lines 31-33)
- (E) "the United States **is projected to become** the world's largest LNG exporter and a net oil exporter by the end of that decade." (lines 71-73)

17

In the fragment "Still, this is far from enough to avoid severe impacts of climate change" (lines 93-94), **Still** can be replaced, without changing the meaning of the sentence, by

- (A) Therefore
- (B) Furthermore
- (C) Nevertheless
- (D) In other words
- (E) Because of that

Text II

Brazil joins IEA as an Association country, reshaping international energy governance

BRASILIA – The International Energy Agency and Brazil jointly announced today that the country joined the IEA as an Association country, opening new avenues for cooperation towards a more secure and sustainable energy future with Latin America's largest country.

“With today’s announcement of IEA Association, we are taking another important step to place Brazil at the centre of global debate on key energy policy issues including renewable energy, energy efficiency, rational use of fossil fuels, energy security and sustainable development,” said Fernando Coelho Filho, Minister of Mines and Energy

Brazil’s leading expertise in bioenergy, hydro and other forms of clean and conventional energy is recognized around the world, and provides an excellent basis to develop solutions for global energy challenges. The country’s experience in managing renewable resources in its energy mix can contribute greatly to IEA discussions on a broadened concept of energy security. Brazil has also pioneered the use of auctions for long-term contracts for renewable energy, a model that is now successfully applied as best-practice world-wide.

Brazil and the IEA plan to work jointly across a wide range of energy-related activities. These include implementation of The Biofuture Platform, which aims to promote international coordination on advanced low carbon fuels. The IEA will also support the development of Brazil’s ten-year energy efficiency plan and co-host an energy efficiency training event in Brazil to share regional and global experiences.

“Brazil’s experience shows that policies do matter,” said Dr Fatih Birol, the IEA’s Executive Director. “Its determined and ambitious long-term energy policies, developing deep-water oil resources and expanding biofuels output, set an example to countries around the world. As a result, our latest data shows that Brazil will become a net oil exporter this year, the first major consumer in recent history to ever achieve such a turnaround.”

Dr Birol also congratulated Brazil for its recent successful deepwater bid round. After depending on oil imports since IEA records began in the 1970s, the IEA now finds that Brazil will become a net exporter this year, and exporting nearly one million barrels of oil per day to world markets by 2022. This is the result of a 50% increase in oil production in the past decade thanks to a successful push into deep-water production, and a biofuels programme that has helped keep domestic oil-demand growth under control.

With Brazil, the IEA family now accounts for over 70% of the world’s total energy consumption,

compared with less than 40% just two years ago. The seven IEA Association countries are Brazil, China, India, Indonesia, Morocco, Singapore and Thailand.

The agreement will allow the IEA to benefit from Brazil’s unique experience, which has enabled it to develop one of the cleanest energy mixes in the world. Thanks to its expertise in global energy market and policy analysis, the IEA can support Brazil’s efforts and collaborate in its energy transition.

Available at: <<https://www.iea.org/newsroom/news/2017/october/brazil-joins-iea-as-an-association-country-reshaping-international-energy-govern.html>>. Retrieved on: 31 Oct. 2017. Adapted.

18

The main intention of Text II is to discuss the Brazilian

- (A) joint effort with the IEA in order to implement The Biofuture Platform in the near future.
- (B) leading expertise in conventional energy and experience in managing renewable resources.
- (C) association with the IEA to replicate the use of auctions for renewable energies worldwide.
- (D) strategic partnership with the IEA in the field of energy aiming at a safer and sustainable future.
- (E) ten-year energy efficiency plan and the sharing of its regional and global experiences with Latin American countries.

19

Dr. Fatih Birol affirms that “Brazil’s experience shows that policies do matter” (lines 33-34) because, due to its long-term energy policies, the country

- (A) was about to change its position from a major oil consumer into that of a net oil exporter.
- (B) could dramatically increase oil exports to nearly one million barrels per day to world markets.
- (C) was able to expand its deep-water oil resources and restrict biofuels output in the recent years.
- (D) implemented a rewarding biofuels programme that helped reduce national oil-demand growth.
- (E) succeeded in doubling its oil production in the last few years as the result of an outstanding increase in deep-water production.

20

Comparing Texts I and II, one concludes that

- (A) only Text I mentions a country that is well-known for its clean energy mix.
- (B) only Text II discusses what the global energy system will look like in the near future.
- (C) neither Text I nor Text II expresses concern with the future of oil production and demand in the next decades.
- (D) both Text I and Text II list all the IEA association countries and discuss how they can benefit from this cooperation.
- (E) both Text I and Text II mention the importance of renewable resources and clean energy technologies as a means of meeting energy demand.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**BLOCO 1****21**

Dispõe o art. 19 (ADCT): “Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.”

Conforme o disposto nesse art. 19, a estabilidade no serviço público

- (A) aplica-se aos servidores que a lei declare de livre exoneração.
- (B) aplica-se aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão.
- (C) depende do tempo de serviço dos servidores, que será contado como título, quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei.
- (D) não se aplica aos professores de nível superior, nos termos da Constituição.
- (E) não se aplica às hipóteses que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins do *caput* desse artigo, inclusive por se tratar de servidor.

22

O poder de polícia é o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

CAETANO, M. **Princípios Fundamentais do Direito Administrativo**. Imprensa: Coimbra, Almedina, 2010. p.339.

Conforme entende o autor do trecho acima,

- (A) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais.
- (B) ofende o princípio da livre concorrência a lei estadual que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- (C) há exercício do Poder de Polícia na concessão inicial da licença, o mesmo não ocorrendo na renovação de licença para localização.
- (D) são de competência das portarias a prescrição de infrações e sanções administrativas, mesmo que não exista lei sobre a matéria.
- (E) são de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a cobrança de taxa, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ainda que não haja previsão legal.

23

A Lei nº 12.815/2013 dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

Está em consonância com essa lei:

- (A) A exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas, que ocorrerá mediante permissão e arrendamento de bem público.
- (B) A exploração de portos e instalações portuárias, que poderá ser feita diretamente ou mediante delegação a pessoas jurídicas de direito privado.
- (C) A concessão e o arrendamento de bem público destinado à atividade portuária, que serão realizados mediante a celebração de contrato, nem sempre precedido de licitação.
- (D) As concessões, os arrendamentos e as autorizações, que serão delegados à pessoa jurídica por sua conta e risco.
- (E) A definição do planejamento setorial, em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada, que são de competência do poder concedente.

24

A Lei nº 9.478/1997 dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

São de competência do Conselho Nacional de Política Energética

- (A) promover as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia, que visarão a variados objetivos, dentre os quais: promover a livre concorrência; atrair investimentos na produção de energia; mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis.
- (B) injungir ao Presidente da República políticas nacionais e medidas específicas destinadas a definir os blocos a serem objeto de concessão ou partilha de produção.
- (C) destinar à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.
- (D) extinguir a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, entidade integrante da Administração Federal Indireta, submetida ao regime autárquico especial, como órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.
- (E) tomar conhecimento de fato que possa configurar indício de infração da ordem econômica, de acordo com decisão subjetiva do administrador público.

25

Conforme entendimento doutrinário, os atos administrativos

- (A) subordinam-se ao fato jurídico do direito privado.
- (B) são incompetentes quando considerados de interesse pessoal do administrador público.
- (C) podem ser objeto de delegação em que conste a edição de atos de caráter normativo.
- (D) permitem a exoneração do Servidor em estágio probatório, sem as formalidades de apuração de sua capacidade.
- (E) são delegáveis ao administrador, que pode adotar fundamentos genéricos e indefinidos como de interesse público.

26

Um homem decide ajudar seu afilhado a iniciar carreira de motorista particular, doando-lhe um de seus carros. Para não contrariar sua esposa, que não concorda com essa ajuda, o padrinho celebra com o afilhado contrato de compra e venda para encobrir a doação do automóvel. Dois anos após se divorciar do marido, a agora ex-esposa descobre a verdade e ingressa com ação judicial pretendendo o desfazimento do contrato de compra e venda de bem móvel realizado entre padrinho e afilhado.

Nessa situação, verifica-se, de acordo com o Código Civil de 2002, a ocorrência de simulação

- (A) absoluta, e o contrato poderá ser anulado ou confirmado por vontade das partes.
- (B) absoluta, e o negócio jurídico nulo será suscetível de confirmação.
- (C) absoluta, e o contrato será nulo e insuscetível de confirmação.
- (D) relativa, e subsistirá a doação, se válida for na substância e na forma.
- (E) subjetiva, que é um vício de consentimento, que gera a anulabilidade do contrato.

27

Uma empresa é administrada por um sócio nomeado administrador no contrato.

De acordo com o Código Civil de 2002, a sua destituição do cargo depende da aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a(ao)

- (A) um terço do capital social, se houver justa causa e for assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- (B) dois terços do capital social, salvo disposição contratual diversa.
- (C) três quartos do capital social, salvo disposição contratual diversa.
- (D) primeiro número inteiro superior à metade do capital social.
- (E) primeiro número inteiro superior à metade do capital social, além da respectiva homologação judicial da destituição.

28

Um médico desenvolveu um importante método de diagnóstico de doença degenerativa para aplicação no corpo humano. O método é completamente desconhecido da comunidade técnica e industrial.

Considerando-se que o médico deseje patentear esse método, verifica-se que o que foi desenvolvido por ele

- (A) é patenteável como modelo de utilidade, desde que suscetível de aplicação industrial.
- (B) é patenteável, desde que se comprove que a invenção atende aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- (C) é patenteável se não estiver comprovadamente compreendido no estado da técnica.
- (D) pode ser patenteável, desde que não seja contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;
- (E) não é patenteável, não podendo ser considerado invenção ou modelo de utilidade.

29

Os funcionários de uma empresa terminaram o ano de 2017 muito insatisfeitos com os valores que lhes eram pagos a título de participação nos lucros da sociedade. Decidiram, então, ajuizar ação cautelar para exibição integral dos livros e papéis da escrituração empresarial.

Nesse caso, o juiz só pode autorizar a exibição integral dos livros e papéis da empresa se for necessária para

- (A) decretar falência, exclusivamente.
- (B) resolver questões relativas à sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.
- (C) apurar se a atividade empresarial gerou lucros no exercício financeiro.
- (D) verificar se a empresa pagou corretamente os tributos incidentes sobre sua atividade empresarial.
- (E) resolver questões relativas à sucessão, comunhão ou sociedade, apenas.

RASCUNHO



30

Um empresário decide doar a um amigo um valioso imóvel de sua propriedade após ser informado de que o amigo lhe salvou a vida ao prestar-lhe socorro imediato em grave acidente automobilístico. Cinco anos após a doação, esse empresário descobre que, na verdade, esse amigo não o ajudara no momento do acidente.

De acordo com o Código Civil brasileiro, essa doação

- (A) é nula, e o empresário poderá reaver, a qualquer tempo, o imóvel doado ao amigo, devido à ilicitude do motivo determinante, comum a ambas as partes.
- (B) poderá ser anulada se o falso motivo tiver sido expressamente declarado no instrumento como razão determinante, já que a declaração de vontade do empresário emanou de erro.
- (C) poderá ser anulada pelo empresário no prazo prescricional de dez anos, contado da data da celebração do negócio jurídico, devido ao vício resultante de dolo por omissão.
- (D) poderá ser anulada pelo empresário, que reaverá o imóvel, visto que o prazo decadencial para a anulação do negócio jurídico por vício resultante de erro é de quatro anos a contar da ciência do falso motivo.
- (E) não poderá mais ser anulada após o prazo decadencial de quatro anos contado do dia em que se realizou o negócio jurídico, mesmo que o falso motivo tenha sido expressamente declarado no instrumento como razão determinante.

31

Em 2013, ao atravessar o cruzamento com o sinal vermelho, uma moça foi atropelada acidentalmente por um motociclista. Diante da gravidade dos ferimentos, a moça só se recuperou integralmente em 2014. Durante esse período, os dois iniciaram um relacionamento e, em 2015, casaram-se. Em 2017, o casamento chega ao fim. A moça, então, decide ingressar com ação indenizatória para obter a reparação dos danos sofridos no acidente.

Com base na situação narrada, de acordo com o Código Civil de 2002, a

- (A) contagem do prazo prescricional ficou suspensa durante a constância da sociedade conjugal e voltará a correr com o divórcio do casal.
- (B) pretensão da moça à reparação prescreverá três anos após o divórcio, por força de causa impeditiva.
- (C) pretensão da moça à reparação civil frente ao rapaz prescreveu três anos após o acidente.
- (D) pretensão da moça prescreverá em 2018, já que o seu casamento interrompeu a contagem do prazo prescricional.
- (E) pretensão da moça à reparação civil prescreverá três anos após o divórcio, já que a ocorrência de causa interruptiva faz recomençar a contagem do prazo prescricional.

32

Um empresário firmou contrato de seguro com a instituição financeira X, sem que ficasse previamente ajustado pelas partes o dia para pagamento de prestação do prêmio.

Considerando-se a hipótese apresentada, de acordo com o Código Civil de 2002, a(o)

- (A) prévia constituição em mora do empresário pela instituição X será necessária, o que será realizado mediante interpelação judicial ou extrajudicial, para que ocorra o desfazimento do contrato.
- (B) ausência de termo dispensa a prévia constituição em mora do contratante pela seguradora, mediante interpelação judicial ou extrajudicial, para o desfazimento do contrato.
- (C) mora só se constitui pela interpelação judicial, não havendo prévio ajuste para o dia do pagamento de prestação de prêmio.
- (D) ausência de termo para pagamento de prestação do prêmio acarreta a nulidade do contrato firmado entre o empresário e a instituição X.
- (E) desfazimento do contrato com a prévia constituição em mora do contratante, na ausência de termo, só ocorre mediante interpelação extrajudicial.

33

Um empresário emprestou elevada quantia em dinheiro a uma sociedade limitada do ramo de supermercados, regularmente constituída e com capital integralizado.

Caso não haja o pagamento da dívida, de acordo com o Código Civil de 2002, a(o)

- (A) integralização do capital impede que o patrimônio dos sócios responda pelas dívidas e obrigações contraídas pela sociedade, mesmo em casos de abuso da personalidade jurídica.
- (B) patrimônio dos sócios e o patrimônio da pessoa jurídica, solidariamente, responderão pelas dívidas e obrigações nas sociedades limitadas com capital integralizado.
- (C) patrimônio dos sócios responderá pelas dívidas e obrigações da sociedade, apenas se houver confusão patrimonial com comprovada má-fé dos sócios.
- (D) patrimônio da sociedade responderá pelas dívidas e obrigações, assim como o patrimônio dos sócios, por força da teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica.
- (E) patrimônio que responderá pela dívida será o da sociedade; o patrimônio dos sócios responderia pela dívida na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica.

34

Após se aposentarem, dois amigos de infância realizaram o antigo sonho de constituir sociedade simples, adotando a forma de sociedade limitada.

De acordo com a disciplina jurídica do contrato social da sociedade no Código Civil de 2002, constata-se que

- (A) o registro dos atos da sociedade dos dois amigos deverá ser feito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (B) o registro dos atos dessa sociedade deverá ser feito no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das juntas comerciais.
- (C) a sociedade deverá requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, nos sessenta dias subsequentes à sua constituição.
- (D) as modificações do contrato social que tenham por objeto a quota de cada sócio no capital social podem ser decididas por maioria absoluta de votos.
- (E) as modificações do contrato social que tenham por objeto a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas podem ser decididas por maioria absoluta de votos.

35

Uma empresária do ramo de moda alienou o seu estabelecimento para um primo, que ali deu continuidade à exploração da mesma atividade.

Nesse caso, de acordo com o Código Civil de 2002,

- (A) a empresária não pode fazer concorrência ao primo, nos cinco anos subsequentes à transferência, se não houver autorização expressa.
- (B) a empresária não pode fazer concorrência ao primo, nos três anos subsequentes à transferência, se não houver autorização expressa.
- (C) o rapaz não responde por débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, conforme consta no contrato de trespasse.
- (D) o primo responde com exclusividade pelas dívidas vencidas, regularmente contabilizadas, pelo prazo de um ano a partir da publicação do contrato, conforme o contrato de trespasse.
- (E) os dois respondem solidariamente pelas dívidas vencidas, regularmente contabilizadas, pelo prazo de dois anos a partir da publicação do contrato, conforme o contrato de trespasse.

36

A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Em relação a essa Lei, constata-se que a(s)

- (A) responsabilidade da pessoa jurídica não subsiste na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- (B) responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- (C) pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (D) sociedades empresárias e as sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, são passíveis de responsabilização.
- (E) sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

37

Em relação ao instituto da licitação, considere as seguintes afirmativas:

- I - A Lei nº 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, exceto de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II - Subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666/1993, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III - A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, inclusive quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

É correto o que se afirma **APENAS** em:

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

RASCUNHO

38

Nas licitações de execução de obras e prestação de serviços, **NÃO** é um procedimento adequado

- (A) obedecer à seguinte sequência: projeto básico; projeto executivo; execução das obras e serviços.
- (B) executar cada etapa, precedida ou não da conclusão e aprovação pela autoridade competente dos trabalhos relativos às etapas anteriores.
- (C) vedar a inclusão no objeto da licitação da obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- (D) programar a execução das obras e dos serviços sempre, em sua totalidade, prever seus custos atual e final e considerar os prazos de sua execução.
- (E) padronizar os projetos por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento, no caso de obras e serviços destinados aos mesmos fins.

39

O art. 9º da Lei nº 8.666/1993 estabelece quem poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

De acordo com essa Lei, pode participar da licitação ou execução de obra ou serviço

- (A) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- (B) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
- (C) o autor do projeto ou o dirigente da empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
- (D) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- (E) as pessoas físicas ou jurídicas que não cumpram as exigências previstas na fase de habilitação.

40

A Lei nº 8.666/1993 dispõe sobre normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Em relação à documentação necessária à habilitação para a concorrência fica estabelecido que

- (A) são prescindíveis a habilitação jurídica e a regularidade fiscal e trabalhista.
- (B) poderá haver dispensa de parte da documentação a critério discricionário do administrador público.
- (C) poderá haver dispensa de sua apresentação, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.
- (D) poderá ocorrer sua substituição por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, ainda que não previsto no edital.
- (E) poderão as empresas estrangeiras ser dispensadas de parte da documentação se oferecerem caução em dinheiro.

BLOCO 2**41**

Uma empresa irá realizar a exportação de revestimentos cerâmicos que fabrica. Em consulta sobre a necessidade de pagar PIS e COFINS sobre a receita advinda da variação cambial relativa à essa operação comercial, recebe a informação de que os tributos

- (A) são devidos, já que a operação de exportação da cerâmica é a única a gozar de imunidade.
- (B) são devidos, já que se trata de um benefício fiscal que, como tal, deve ser interpretado restritivamente.
- (C) são devidos, porque a receita decorrente da variação cambial não está inserida no ato de exportar.
- (D) não são devidos, havendo desoneração constitucional para todas as receitas advindas da exportação.
- (E) não são devidos, se a receita da variação cambial foi embutida na receita total da operação comercial.

42

Em 2014, o rompimento de uma barragem de rejeitos decorrentes de atividade de mineração desenvolvida no município Z causou severos danos à infraestrutura da cidade. Em razão do incidente, foi aprovada lei que estendeu o prazo para o pagamento do IPTU pelo período de um exercício financeiro para beneficiar proprietários de imóveis afetados pelo infortúnio, que se encontravam em mora com relação ao imposto citado.

Qual é o nome do instituto tributário utilizado pelo município?

- (A) Parcelamento
- (B) Moratória
- (C) Remissão
- (D) Transação
- (E) Compensação

43

O estado X estabeleceu por lei uma contribuição de melhoria, cujo fato gerador era delimitado à valorização imobiliária decorrente de obra realizada por órgão sob sua administração no município Y, localizado em seu território. O proprietário de imóvel localizado na área onde foi realizada a obra foi cobrado da exação, sendo a base de cálculo composta pelo índice atualizado de valorização dos imóveis da região.

Em relação a essa cobrança, verifica-se que

- (A) é válida, pois a base de cálculo quantificou a valorização imobiliária decorrente de obra pública.
- (B) é válida, pois a competência para instituir a contribuição de melhoria é exclusiva dos estados.
- (C) é válida, pois a obra pública é condição suficiente para instituir o tributo.
- (D) não é válida, pois a lei deveria ser instituída pelo município Y, onde a obra foi realizada.
- (E) não é válida, pois a base de cálculo do tributo deveria ser o custo da obra estatal.

44

Uma mineradora explora jazidas de bauxita a serem utilizadas na fabricação de alumínio, nos domínios de sua propriedade particular. Para o exercício dessa atividade, foi necessário obter, perante o órgão público competente, uma autorização de pesquisa e exploração do mineral. A permissão para o desenvolvimento da atividade econômica é condicionada ao disposto em norma estabelecida pelo poder público, que prevê: "A autorização de pesquisa importa o pagamento de taxa anual, por hectare, admitida a fixação em valores progressivos, em função da substância mineral objetivada, extensão e localização da área".

Considerando-se a definição e a classificação dos tributos, a natureza jurídica do valor cobrado para permitir a exploração do minério é identificada como

- (A) taxa, em função do exercício em potencial do poder de polícia, em razão de interesse público concernente à segurança.
- (B) taxa, em função da utilização efetiva de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte.
- (C) tarifa, pois tem natureza compulsória e é submetida ao regime jurídico do Direito Tributário.
- (D) contribuição especial, exigida em favor de órgão regulador do exercício de atividade profissional.
- (E) preço público, pois a receita obtida é derivada da exploração direta pela empresa particular de um bem da União.

45

A competência material para a proteção do meio ambiente, na esfera do poder Executivo, considerando-se o disposto na Constituição brasileira de 1988, é

- (A) privativa dos Municípios.
- (B) comum, atribuída a todos os entes federativos.
- (C) concorrente, atribuída apenas à União e aos Estados.
- (D) privativa da União, que pode delegar essa atribuição para os demais entes federativos.
- (E) exclusiva da União, que não pode delegar essa atribuição para os demais entes federativos.

46

Nos termos da Constituição de 1988, o direito de propriedade é um direito

- (A) social, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.
- (B) social, pois não possibilita ao proprietário dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse.
- (C) individual, que impede qualquer tipo de intervenção do Estado.
- (D) individual absoluto, que possibilita ao proprietário sempre dispor conforme o seu próprio e exclusivo interesse.
- (E) individual relativo, cabendo ao proprietário respeitar os limites da função social.

47

A criação de uma agência reguladora, nos termos da Constituição de 1988, dependerá de lei

- (A) ordinária, de iniciativa apenas do Chefe do Executivo.
- (B) ordinária, de competência privativa do Congresso Nacional.
- (C) ordinária, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.
- (D) complementar, de iniciativa privativa do Senado Federal.
- (E) complementar, de iniciativa parlamentar ou do Chefe do Executivo.

48

No processo legislativo brasileiro, o veto a um projeto de lei é

- (A) qualificado e absoluto
- (B) tácito e relativo
- (C) tácito e absoluto
- (D) expresso e relativo
- (E) expresso e absoluto

49

O Parque Nacional, nos termos da Lei nº 9.985/2000, é um tipo de unidade de conservação de

- (A) uso sustentável, não se admitindo uso direto que envolva coleta ou consumo, sendo a sua área de posse ou domínio público ou privado.
- (B) uso sustentável, podendo haver a coleta ou consumo, nos limites estabelecidos na lei, sendo a sua área de posse ou domínio público ou privado.
- (C) proteção integral, sendo área de domínio público ou privado que admite coleta e consumo nos limites da lei.
- (D) proteção integral, admitido-se o uso direto que envolva coleta e consumo, sendo a área sempre de domínio público e devendo haver a desapropriação dos imóveis privados que estiverem dentro de seus limites geográficos.
- (E) proteção integral, não se admitindo uso direto que envolva coleta ou consumo, sendo a área de posse e de domínio públicos, devendo haver a desapropriação dos imóveis privados que estiverem dentro de seus limites geográficos.

50

O estudo prévio de impacto ambiental nos termos da legislação brasileira será

- (A) dispensado por critério discricionário do órgão público ambiental competente para o licenciamento ambiental.
- (B) exigido apenas para obras públicas de infraestrutura.
- (C) dispensado para obras de baixo impacto, utilidade pública ou interesse social.
- (D) exigido apenas para obras da iniciativa privada.
- (E) exigido para obras públicas ou privadas, potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.

51

A Lei nº 12.651/2012 prevê espécies de áreas protegidas, dentre as quais a reserva legal que deve ser conservada com cobertura de vegetação e é configurada como uma

- (A) limitação administrativa, que impõe a manutenção desse espaço protegido nas propriedades rurais.
- (B) área de domínio público ou privado a ser mantida nas propriedades urbanas e rurais.
- (C) área de domínio público, localizada em área urbana ou rural, impondo a necessidade de desapropriação se recair sobre imóvel privado.
- (D) servidão administrativa, que impõe a manutenção desse espaço protegido apenas nas propriedades urbanas.
- (E) servidão ambiental, localizada em área urbana ou rural, que impõe a manutenção desse espaço protegido em imóveis de domínio público ou privado.

52

O inquérito civil, nos termos da Lei nº 7.347/1985, que disciplina a ação civil pública, é um

- (A) processo administrativo que só pode ser instaurado e presidido pelo Ministério Público.
- (B) processo administrativo que só pode ser instaurado e presidido pela autoridade judiciária.
- (C) procedimento administrativo que pode ser instaurado e presidido por qualquer um dos legitimados para promover a ação civil pública.
- (D) procedimento administrativo que só pode ser instaurado e presidido pelo Ministério Público.
- (E) procedimento administrativo que só pode ser instaurado e presidido pela autoridade judiciária.

53

Durante o julgamento de RESP perante a 1ª turma do STJ, aparece importante questão de direito, que terá grande repercussão social, sobre a qual é oportuna a prevenção de divergência entre turmas do tribunal. Após ser provocado por uma das partes, o relator propõe que o recurso seja remetido para seção especializada, indicada pelo regimento, no intuito de estabelecer entendimento acerca do tema. O acórdão a ser proferido será dotado de efeito vinculante perante juízes e órgãos fracionários.

Qual é, nesse caso, o instituto processual utilizado?

- (A) Embargos infringentes
- (B) Embargos de divergência
- (C) Incidente de assunção de competência
- (D) Incidente de uniformização de jurisprudência
- (E) Incidente de resolução de demandas repetitivas

RASCUNHO

54

No decorrer do processo em que X move ação contra Y, reivindicando a propriedade de um iate, ocorre a alienação do bem em disputa por Y, que teria constatado provável derrota no processo.

O efeito jurídico da operação de venda desse bem é a

- (A) nulidade, a ser declarada de ofício pelo juiz.
- (B) nulidade, declarada pelo juiz após requerimento do autor.
- (C) oponibilidade da sentença ao adquirente do bem.
- (D) nomeação do adquirente do bem como assistente do réu.
- (E) substituição processual de X, de forma automática, pelo adquirente do bem.

55

X, devedor solidário de seu sócio Y, em ação de obrigação de dar, apresenta recurso solitário, elaborado por seus advogados, com fundamentos jurídicos que atendem aos interesses do litisconsorte.

Nesse caso, o recurso interposto

- (A) será estendido a Y, se houver a mesma defesa técnica por parte dos réus.
- (B) será estendido a Y, por haver comunhão de interesses entre os litisconsortes.
- (C) não será estendido a Y, se forem defendidos por advogados diferentes.
- (D) não será estendido a Y, já que ele não recorreu conjuntamente com X.
- (E) não se estenderá a X, se o pedido for parcialmente procedente.

BLOCO 3

56

De acordo com as regras internacionais para a interpretação de termos comerciais (sigla em inglês *incoterms*), a regra *ex works* também é conhecida como

- (A) For-fot
- (B) FAS (*Free Alongside Ship*)
- (C) FOB (*Free On Board*)
- (D) CIF (*Cost, Insurance, Freight*)
- (E) *Ex plantation*

57

A *joint venture* é um dos contratos internacionais mais utilizados.

Segundo a doutrina clássica, quando o objetivo econômico é realizado e seguido não no exercício comum de uma atividade, mas na coordenação das ações desenvolvidas em conformidade com os termos do negócio em função das suas relações, a *joint venture* é denominada

- (A) especial
- (B) final
- (C) operacional
- (D) natural
- (E) proporcional

58

Uma das características reconhecidas pela doutrina clássica da cláusula *hardship* é a sua

- (A) especialidade
- (B) habitualidade
- (C) especificidade
- (D) generalidade
- (E) uniformidade

59

Nos termos do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, a convenção arbitral inserida em um contrato deverá ser claramente legível e estar localizada em lugar razoavelmente destacado.

Nesse caso, existe a proteção à

- (A) controvérsia
- (B) boa-fé
- (C) declaração
- (D) vontade
- (E) autonomia

60

Nos termos da lei de arbitragem, para ser reconhecida ou executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira está sujeita, unicamente, à homologação do

- (A) Supremo Tribunal Federal
- (B) Superior Tribunal de Justiça
- (C) Tribunal Regional Federal
- (D) Tribunal de Justiça
- (E) Tribunal do Distrito Federal

RASCUNHO

61

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal Marítimo, o Presidente do Tribunal Marítimo será escolhido dentre os oficiais-generais do Corpo da Armada, da ativa ou na inatividade, de livre nomeação do Presidente da República, com mandato de

- (A) 1 ano
- (B) 2 anos
- (C) 3 anos
- (D) 4 anos
- (E) 5 anos

62

Nos termos da Lei nº 9.966/2000, todo despejo deliberado de resíduos e outras substâncias efetuado por embarcações, plataformas, aeronaves e outras instalações, inclusive seu afundamento intencional em águas sob jurisdição nacional, é denominado

- (A) alijamento
- (B) lastro
- (C) incidente
- (D) mistura
- (E) substância

63

A instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior, nos termos da Lei nº 12.815/2013, é denominada instalação portuária pública de

- (A) pequeno porte
- (B) operação de turismo
- (C) logística avançada
- (D) projeção seca
- (E) atuação temporária

64

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários — ANTAQ — é a entidade integrante da administração federal indireta, submetida ao regime autárquico especial e vinculada à Secretaria de

- (A) Infraestrutura do Ministério dos Transportes
- (B) Estudos Estratégicos do Gabinete Civil
- (C) Assuntos Especiais do Ministério da Defesa
- (D) Trabalho Marítimo do Ministério do Trabalho
- (E) Portos da Presidência da República

65

Segundo a nova perspectiva legal, **NÃO** caracteriza grupo econômico a demonstração de

- (A) atuação conjunta
- (B) mera identidade de sócios
- (C) comunhão de interesses
- (D) direção de outra pessoa jurídica
- (E) interesse integrado

66

São asseguradas aos empregados da empresa prestadora de serviços terceirizados as mesmas condições relativas à alimentação garantida aos empregados da contratante, quando e enquanto os serviços, que podem ser de qualquer uma das atividades da contratante, forem executados nas dependências da tomadora, e quando a alimentação for oferecida em

- (A) estabelecimentos conveniados
- (B) estabelecimentos comerciais
- (C) refeitórios
- (D) restaurantes próximos
- (E) pensões

67

No exame de acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho balizará sua atuação pelo princípio da intervenção na autonomia da vontade coletiva

- (A) efetiva
- (B) positiva
- (C) contributiva
- (D) mínima
- (E) protetiva

68

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de

- (A) 1 ano
- (B) 2 anos
- (C) 3 anos
- (D) 4 anos
- (E) 5 anos

69

Nos termos da Lei nº 7.064/1982, após dois anos de permanência no exterior, será facultado ao empregado gozar anualmente férias no Brasil, correndo o custeio da viagem por conta da

- (A) pessoa do empregado
- (B) associação de trabalhadores
- (C) sociedade de propósito específico
- (D) convenção coletiva
- (E) empresa empregadora

70

De acordo com a Norma Regulamentadora nº 33 de Segurança e Saúde no Trabalho, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, todo trabalhador designado para trabalhos em espaços confinados deve ser submetido a exames médicos específicos para a função que irá desempenhar, incluindo os fatores de riscos psicossociais, com a emissão do respectivo

- (A) Documento Especial de Saúde (DES)
- (B) Certificado de Sanidade Trabalhista (CST)
- (C) Diploma de Higiene Contínua (DHC)
- (D) Laudo de Ausência de Doenças (LAD)
- (E) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)

PROVA DISCURSIVA

Questão nº 1

A sociedade empresária PP tem por objeto a exploração de petróleo e gás, tendo celebrado contrato de concessão para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no Bloco 1000. Após quinze anos de vigência do contrato, recebeu comunicação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de que o âmbito do contrato de concessão havia sido modificado por decisão da Diretoria da Agência. Inconformada com o ato, requereu reconsideração da decisão administrativa, que restou mantida. Por força de cláusula contratual, a sociedade empresária PP instaurou procedimento arbitral perante a Corte Internacional de Arbitragem (ICC). A ANP, cientificada da instauração do procedimento arbitral, não concordou com a medida, aduzindo que o conteúdo da decisão administrativa impugnada não estaria inserido nas cláusulas contratuais e teria natureza de direito público, passível, portanto, de modificação unilateral pelo órgão da Administração Pública. Propôs ação judicial em face da sociedade empresária, distribuída ao Juízo competente. Houve decisão inaugural determinando a suspensão do procedimento arbitral até ulterior decisão. Citada, a sociedade empresária apresentou a defesa e o recurso pertinente. No curso do processo, requereu intervenção o Estado S, aduzindo que foi prejudicado pela decisão administrativa.

A partir do caso descrito acima, elabore um texto em que apresente considerações pertinentes sobre

- as questões processuais indicadas, fundamentando-se na legislação vigente.
- as questões de Direito Administrativo, fundamentando-se na legislação e na doutrina vigentes.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

(continua)

Questão nº 1 (continuação)

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão nº 2

A defesa clássica no processo civil é representada pela contestação na qual se encontra conteúdo pertinente ao mérito e matérias que são consideradas preliminares. Esse sistema foi mantido após o Código de Processo Civil (CPC) de 2015.

E, apesar da mudança do regime das preclusões, que permite alegar todas as matérias no recurso de apelação — sendo extinto o agravo retido —, existem dois tópicos que precluem, se não alegados como preliminares.

O novo CPC excluiu as exceções processuais como incidentes autônomos, exceto quando relacionados à imparcialidade do magistrado.

Observado tal texto, cite cinco preliminares que podem ser apresentadas; cite os temas que, se não alegados na contestação, são passíveis de preclusão; apresente o modo como deverão ser arguidas as exceções à luz do CPC 2015, mencionando o que se manteve do antigo CPC.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

(continua)

Questão nº 2 (continuação)

RASCUNHO

